

AS CAUSAS DA INFORMALIDADE DOS MICROS E PEQUENOS EMPREENDEDORES NA PERSPECTIVA DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE

THE CAUSES OF MICRO AND SMALL ENTREPRENEURS INFORMALITY IN ACCOUNTING PROFESSIONALS

Macário Neri Ferreira Neto*
Jéssyca Lages de Carvalho Castro**
Ariele Maria Gonçalves de Queiroz***
Raimundo Gois Neto****
Saul Rafael Barreto de Almeida*****

RESUMO

A importância do empreendedorismo está na capacidade de movimentação das pessoas para empreender, onde transmitem ideias em negócios, seja por inovação ou por desenvolvimento de produtos, serviços e processos. Esse processo possui a capacidade de melhorar as condições sociais e econômicas dos envolvidos e de colaborar para o desenvolvimento da nação. Embora os micros e pequenos empreendimentos sejam corriqueiros no país, cerca de 80% estão na informalidade. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é verificar o entendimento dos contadores sobre a não formalização dos micro e pequenos negócios. A abordagem da pesquisa é qualitativa, constando de entrevistas como coleta de dados e utilizando a técnica de análise de conteúdo como forma de analisar as respostas dos contadores entrevistados. Como principais achados, o estudo apontou como principais motivos da informalidade na visão do contador: a elevada tributação, burocracia, falta de conhecimento e medo de crescer.

Palavras-chave: Micro e Pequenas Empresas. Informalidade. Empreendedorismo. Empreendedor.

ABSTRACT

The importance of entrepreneurship lies in the ability to move people to entrepreneurship, where they transmute ideas into business, either through innovation or the development of products, services and processes. This process has an ability to improve the social and economic conditions of those involved and to contribute to the development of the nation. Although micro and small enterprises are commonplace in the country, about 80% are in informality. In this context, the objective of this paper is to verify the accountants' understanding about the non formalization of micro and small businesses. The research approach is qualitative, consisting of interviews as data collection and using a content analysis technique as a form of analysis as responses from the interviewed accountants.

* Universidade de Fortaleza. macario_ferreira@hotmail.com

** Universidade de Fortaleza. jessycalcastro@gmail.com

*** Faculdade Uninassau Mossoró. ariele.queiroz@mizu.com.br

**** Faculdade Uninassau Mossoró. rai_gois@gmail.com

***** Faculdade Uninassau Mossoró. saul_rafael@hotmail.com

As main findings, the study points as the main reasons for informality in the accountant's view: a high taxation, bureaucracy, lack of knowledge and fear of growing.

Keywords: Micro and Small Enterprises. Informality. Entrepreneurship. Entrepreneur.

Introdução

O empreendedorismo é um componente relevante para o crescimento econômico, pois se manifesta fundamentalmente na ação de identificar e avaliar oportunidades de negócios, criando novas empresas ou renovando às existentes, tornando-as mais competitivas, com isso embalando a economia através da criação de empregos, inovação, geração de renda, comumente melhorando o bem-estar da sociedade (CUERVO; RIBEIRO; ROIG, 2007).

A pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 2012-2018, apontou um total de 23,3 milhões de pessoas, com 14 anos ou mais de idade, ocupada por conta própria. Entretanto, deste total, apenas 19,4% estavam formalizadas (IBGE, 2018). Neste sentido, pesquisas recentes em micro e pequenas empresas tem buscado identificar as causas da informalidade desses negócios, que vão desde a falta de conhecimento aos custos para formalizar (OLIVEIRA; FORTE, 2014; CARDOSO, 2016; TELLES et al, 2016; SANTIAGO; VASCONCELOS, 2017).

Diante disso, informalidade pode ser definido como trabalho não regulamentado pela legislação vigente, sendo predominantemente atividades com pouca produtividade e rentabilidade, voltados a subsistência familiar (LIMA, 2010). Ademais, a informalidade é uma opção pessoal do empreendedor, podendo a decisão ocorrer por fatores econômicos, flexibilidade, cultura, traços familiares, de qualquer forma, a escolha será baseada no custo e benefício da formalização (TELLES *et al.*, 2016). Entretanto, “a existência de uma série de barreiras à economia formal no país e o nível de informalidade resultante, influenciam diretamente no crescimento do país” (ROCHA; PELOGIO, 2018, p. 20).

A não formalização do negócio prejudica o controle financeiro e dificulta empréstimos bancários (OLIVEIRA; FORTE, 2014), impossibilita a cobertura previdenciária e dificulta o acesso ao sistema judiciário (TELLES *et al.*, 2016), ainda mais, não permite participar de licitações públicas ou fornecer bens ou serviços com nota fiscal.

Diante disso, surge a figura do contador como profissional capacitado para prestar assessoria, informações e colaborar para a formalização das empresas. Neste contexto, tem-se a seguinte problemática: quais as causas da informalidade de micros e pequenas empresas sob a ótica do contador? Para responder à questão, tem-se como objetivo verificar o entendimento dos contadores sobre a não formalização dos micro e pequenos negócios.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, com a utilização da entrevista como coleta de dados e da técnica de análise de conteúdo para examinar as respostas dos entrevistados. Para Baggio e Baggio (2014), o empreendedor participa ativamente no processo do desenvolvimento social e econômico do país. Neste sentido, a importância das micro e pequenas empresas (MPEs) demonstra a relevância deste estudo para analisar, sob a perspectiva do contador, as causas da informalidade das MPEs.

2 Empreendedorismo e o empreendedor

Empreendedorismo pode ser conceituado como a integração de indivíduos e processos, que conjuntamente, transformam ideias em oportunidades (DORNELAS, 2018), acrescentando, é a capacidade de realizar com criatividade, motivação, inovação, um projeto pessoal, com comportamento proativo e disposto a assumir riscos, seria o despertar do indivíduo das suas potencialidades, em permanente processo de aprendizagem (BAGGIO, BAGGIO, 2014). Neste sentido, o desenvolvimento do empreendedorismo também pode ser visto como um processo gradual em que um indivíduo assume o estabelecimento de um negócio ou a criação de riqueza com o objetivo de obter lucro (LUCKY, 2012).

O empreendedorismo é visto como um processo, já empreendedor é a ação, o agir no sentido de empreender. No conceito de Filion (2009, p. 17).

O empreendedor é uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios. Um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetivam a inovação, continuará a desempenhar um papel empreendedor.

A atividade empreendedora é definida por Smilor (1997), como um processo de mudança que altera as condições atuais do mercado e introduz algo novo ou diferente em

resposta às atividades percebidas. O empresário cria, então, valor real para a sociedade, pois combina a capacidade de visualizar o possível com o de fazer isto acontecer. Os empreendedores eficazes são sonhadores que fazem.

Embora, muitas são os conceitos de empreendedor, algumas particularidades são inerentes a esses conceitos: descobrir e explorar novas oportunidades, iniciar processos de mudanças, ter iniciativa, paixão pelo que realiza, criatividade no uso dos recursos, assume riscos e a possibilidade do fracasso, além de transformar o ambiente em torno do empreendimento (CUERVO; RIBEIRO; ROIG, 2007; BAGGIO, BAGGIO, 2014).

Complementando, o empreendedor detecta ou cria oportunidades de negócios que ele explora e se beneficia por meio de pequenas e médias empresas, normalmente participando do financiamento do capital para essa empresa, desempenha o papel de árbitro ou simplesmente "vende a ideia" do projeto de negócios (CUERVO; RIBEIRO; ROIG, 2007). Inclusive, “ser um empreendedor significar agir diante de uma oportunidade que vale a pena ser trabalhada” (HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2014, p. 7).

Empreendedores são os que reconhecem e exploram novas opções de oportunidades de negócios, fundando novos empreendimentos (SHANE; VENKATARAMAN, 2007). Portanto, para que um empreendedor tenha sucesso há necessidade que possua certas habilidades gerencias, como a capacidade de aprender novas técnicas, capacidade de mudança e de lidar com as alterações no ambiente em que está inserido (LUCKY, 2012).

Segundo GEM (2018), no Brasil existia em 2018 cerca de 52 milhões de brasileiros, na faixa etária de 18 a 64 anos, à frente de algum tipo de negócio, seja na sua criação, manutenção e consolidação dos empreendimentos, A Tabela 1 demonstra a distribuição destes empreendimentos de acordo com seu estado de evolução.

Tabela 1 – Empreendedorismo segundo estágio de evolução – Brasil 2018

Estágio	Taxa	Quantidade Estimada
Empreendedorismo inicial	17,9%	24.456.016
Novos	16,4%	22.473.982
Nascentes	1,7%	2.264.472
Empreendedorismo estabelecido	20,2%	27.697.118
Totais	38,0%	51.972.100

Nota: Taxa refere-se ao percentual da população brasileira na idade de 18 a 64 anos

Fonte: GEM (2018)

O empreendedor pode ser classificado em duas categorias: por oportunidade, quando o negócio é iniciado pelo motivo da identificação de uma oportunidade viável; e por necessidade, quando o empreendimento ocorre pela ausência de outras possibilidades de trabalho. Esta categorização se aplica aos empreendedores iniciais (GEM, 2018). A Tabela 2 demonstra que para cada empreendedor por necessidade, 1,6 empreende por oportunidade.

Tabela 2 – Empreendedorismo segundo a motivação – Brasil 2018

Estágio	Taxa	Quantidade Estimada
Oportunidade	11,0%	15.107.684
Necessidade	6,7%	9.176.644
Totais	17,7%	24.284.328

Nota: Taxa refere-se ao percentual da população brasileira na idade de 18 a 64 anos, a quantidade total está abaixo por recusa ou respostas ausentes

Fonte: GEM (2018)

Filion (1999) divide o empreendedorismo em duas categorias: os empreendedores voluntários, que são aqueles que empreendem por inovação; e, os empreendedores involuntários, que são os que empreendem pela necessidade de auto emprego e necessidade de gerar sua própria renda. Ainda que, o trabalhador informal estando fora do mercado de trabalho, abriria um negócio por necessidade, no qual a viabilidade deste empreendimento estaria vinculada a sua característica empreendedora (LIMA, 2010).

Entretanto, para Vale, Correa e Reis (2014), as razões para empreender ultrapassam o modelo de oportunidade ou necessidade, sendo substituído pela identificação de oportunidade, expectativas pessoais, ambiente externo, influência de terceiros, insatisfação no trabalho e influência familiar.

3 As micros e pequenas empresas e a informalidade

Conforme o SEBRAE (2018), as micro e pequenas empresas representavam 99% dos negócios existentes no país, sendo responsáveis pela geração de 52% dos empregos formais. As MPEs são classificadas pelo SEBRAE (2019) em três tipos baseados na Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, classificando-as conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Diferenças entre os tipos de empresas de micro e pequeno porte

Tipo	Definição	Receita anual bruta
Microempresa	Sociedade empresarial simples, sociedade simples, EIRELI e o empresário, devidamente registrados.	Igual ou inferior a R\$ 360.000,00
Empresa de pequeno porte	A empresa de pequeno porte possui as mesmas características da microempresa.	Maior que R\$ 360.000,00 e inferior a R\$ 4.800.000,00
Microempreendedor individual	É a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como empresário optante pelo simples.	Igual ou Inferior a R\$ 81.000,00

Fonte: Sebrae (2019)

Porém, o aumento do desemprego e a dificuldade e reinserção no mercado de trabalho, contribui para o crescimento dos que labutam por conta própria, e dentre esses que não se inserir no mercado formal acaba perdendo a legitimidade por não pertencer ao sistema legal de produção e consumo (ROSA; CLEPS, 2016). Entre os motivos apontados pela não formalização, ressalta-se a ausência de orientações por parte dos órgãos públicos, falta de acesso a uma boa educação, complexidade regulatória que envolve processos para abertura e fechamento de empresas, encargos tributários, custos elevados e taxas indevidas, além da falta de apoio da classe contábil e a dificuldade para conseguir empréstimos. (OLIVEIRA; FORTE, 2014; ROCHA; PELOGIO, 2018).

No Brasil, a elevada informalidade representa as raízes históricas e estruturais dos micros e pequenos negócios, sendo um fato ligado ao cotidiano das pessoas como um fato normal, mesmo nas médias e grandes cidades (LEONE, 2010; ROSA; CLEPS, 2016). Entende-se por informalidade os trabalhadores à margem da legislação, privados de condições de trabalho, previdência e proteção social básica (LEONE, 2010).

No entanto, como política de combate à informalidade, as MPes conquistaram tratamentos tributários diferenciados, com a criação do SIMPLES, que simplificou as obrigações contábeis e reduziu a carga tributária (WILBERT; ALCÂNTARA; SERRANO, 2015).

Alguns trabalhos buscaram identificar os perfis e as causas da informalidade. No estudo sobre microempreendedores individuais em Mossoró, foi verificado que, 91,7% dos entrevistados estavam na informalidade (FERREIRA NETO, 2018). Na pesquisa de Rocha e Pelogio (2018), sobre a informalidade em um município de pequeno porte, identificou que 74,8% dos entrevistados eram informais.

4 Medo do fracasso dos microempreendedores

O estudo sobre medo, como constructo, tem sua origem na literatura da psicologia e foi originalmente, segundo Cacciotti (2016), definido como o motivo para evitar o fracasso, em oposição ao motivo de alcançar o sucesso. A pesquisa foi avançando e Conroy *et al.* (2004), definiram o medo do fracasso como o processo de avaliação de ameaças em situações avaliativas com o potencial de fracasso. Também sugeriram que as circunstâncias ambientais desempenham um papel central na formação do medo do fracasso.

No empreendedorismo, o medo do fracasso foi analisado em termos de economia e psicologia. Os estudos de Welpe *et al.* (2012) examinaram a influência das emoções nas oportunidades de empreender. O resultado identificou que as emoções influenciam a avaliação de oportunidades e decisões de exploração. Em particular, o medo, reduz a exploração e minimiza a relação entre avaliação e exploração.

Outras pesquisas como a de Arenius e Minniti (2005), sugerem que as percepções das variáveis individuais estão significativamente correlacionadas com a criação de novos negócios. Ao tomar decisões, empreendedores nascentes dependem significativamente das percepções subjetivas e muitas vezes tendenciosas do que em expectativas objetivas de sucesso.

Assim sendo, a pesquisa de Arenius e Minniti (2005), reforça que o medo exerce efeito negativo e impacto significativo na atividade empreendedora. Da mesma forma, Weber e Milliman (1997) afirmam que, já que a maioria dos indivíduos é avessa a riscos e como o medo percebido (ao invés do objetivo) de falha é um componente importante do risco ligado ao início de um negócio, reduzindo a probabilidade de falha, deve-se aumentar a probabilidade de iniciar um novo negócio.

Porém Cacciotti (2016) revela que, após examinar a literatura sobre o medo do fracasso no empreendedorismo, que os estudos usaram múltiplas perspectivas teóricas para explicar a natureza deste fenômeno. E que estas perspectivas estão potencialmente em conflito e são caracterizadas por uma abordagem estática, limitando assim, a validade das descobertas existentes.

Desta forma, Cacciotti (2016), forneceu uma melhor compreensão do medo do fracasso no processo empreendedor. E defendeu que o medo do fracasso precisa ser visto não só com um efeito inibidor no comportamento empreendedor, mas também com um potencial efeito motivacional. O medo do fracasso é um construto ideal de estudo para a

compreensão da riqueza da motivação empreendedora, um assunto que tem aumentado o interesse e o foco nos últimos anos.

5 Métodos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que visa o entendimento de uma situação, se utilizando da entrevista estruturada, aberta, como técnica de coleta de dados. Com amostra por conveniência com contadores que se dispuseram a responder as questões propostas (COOPER; SCHINDLER, 2016).

A pesquisa qualitativa tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social. Trata-se de reduzir as distâncias entre teoria e dados e contexto e assim. Desta forma, a pesquisa qualitativa compreende diferentes técnicas que visam descrever e decodificar um sistema complexo de significados (MAANEN, 1979, p. 520). As entrevistas são umas destas técnicas que se utiliza para este fim. E neste estudo foi a técnica escolhida para decodificar os significados.

Elaborou-se então um questionário fundamentado nas teorias já explanadas neste referencial teórico da pesquisa, de forma a responder o problema de pesquisa: Qual o entendimento dos contadores sobre a não formalização dos micro e pequenos negócios?

As entrevistas constavam de cinco questões como forma de identificar os motivos da informalidade dos micros e pequenos empreendedores e foram conduzidas por intermédio de e-mails. Como exame das respostas das entrevistas, utilizou-se do método análise de conteúdo, que significa um tratamento contida nas mensagens, em seguida foi efetuado uma análise temática com tratamento descritivo das entrevistas. Para Bardin (2016, p. 48), análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A amostra constou de cinco respondentes, contadores proprietários de escritório de contabilidade, com registro no CRC-RN e com boas referências de seus pares. Foram divididos em CONT1, CONT2, CONT3, CONT4 e CONT5, como forma de preservar suas identidades.

6 Análise e discussão

Mediante a análise das informações recebidas, percebemos algumas controversas entre os contadores que foram entrevistados, alguns citam leis para defender a sua ideia, outros julgam a informalidade como um ponto a ser discutindo com o micro e pequeno empresário, pois somente ele poderá reverter a situação.

Quando perguntados sobre os principais motivos para a informalidade dos micros e pequenos empreendedores, o CONT1 afirmou que *“a maioria dos clientes reclamam da alta carga tributária, e da burocracia junto aos órgãos públicos para regularização das empresas, por esses e alguns outros motivos os clientes preferem ficar na ilegalidade”*; no mesmo sentido, para o CONT3 *“um dos principais motivos da informalidade, é em decorrência da alta carga tributária, cujo motiva os pequenos e microempreendedores a não se formaliza”*; para o CONT4, *“tem vários motivos, dentre eles, medo de crescer, burocracia para alguns empreendedores e outros acham que estando na informalidade não irão pagar impostos”*; no mesmo pensamento o CONT5 afirma que *“um dos motivos é a falta de conhecimento sobre a importância da informalidade e alguns não fazem formalização de imediato para redução de despesas”*. Contudo, para o CONT2,

Não enxergo informalidade em MEs e EPPs, pelo menos não em números expressivos, percebo a informalidade nos negócios que têm perfil para enquadrar-se como MEI e o orçamento pessoal (que se confunde com os rendimentos do empreendimento) dos empreendedores parece não comportar os valores das contribuições mensais que cada empresário deve fazer”.

No geral, os principais motivos pela não formalização são: elevada tributação, burocracia, falta de conhecimento e medo de crescer. Esses motivos são semelhantes aos encontrados nos trabalhos de Oliveira e Forte (2014), Teles et al (2016) e Rocha e Pelogio (2018).

A pergunta seguinte, questionava se existia excesso de burocracia para formalização das MPEs. Para o CONT1, *“sim”*, para o demais,

Para atividades que não dependem de regulamentação e não estão sujeitas à fiscalização paralegal, como é o caso dos restaurantes que precisam de uma licença sanitária; ou dos revendedores de combustíveis, inclusive GLP, que precisam de uma licença da Agência Nacional de Petróleo; das farmácias que dependem tanto da licença sanitária quanto do registro no Conselho Regional de Farmácia, por exemplo, a burocracia é mínima. Em Mossoró, por exemplo, é possível formalizar um negócio em até três dias úteis (CONT2).

Do ponto de vista de liberação de instrumentos sociais e CNPJ, não. Do ponto de vista dos licenciamentos para operar, sim. Licenciamentos que cito é quando a atividade empresarial precisa de algum registro em órgãos municipais tais como licença ambiental ou municipal, caso precise de alvará de bombeiros (estadual) entre outros (CONT3).

Para abertura junto a JUCERN, Estado e Receita Federal não, mas a maioria das licenças que são requeridas junto aos órgãos públicos sim, a demora é muito longa, empresas por exemplo do ramo alimentícios aguarda 60 dias para ter um alvará sanitário e um alvará do corpo de bombeiros (CONT4).

No entendimento do CONT5, “*sim, dependendo do tipo de empresa existe uma burocracia para formalização. Um dos motivos é a rígida fiscalização dos órgãos governamentais, que fazem a regulamentação de determinadas atividades, dificultando o processo de aprovação e funcionamento da empresa*”.

Na percepção dos entrevistados, a burocracia é mais proeminente nos órgãos regulatórios, considerando a rapidez com que se abre uma empresa.

A terceira pergunta indagava se no entendimento dos profissionais contábeis a informalidade contribui para a mortalidade precoce das micro e pequenas empresas? E por que?

O CONT1 respondeu que “*sim, os empreendedores estão mais preocupados em terem uma renda fixa, e muitos deles desistem de comercializarem mercadorias e prestarem serviços antes mesmo de terem algum lucro, ou seja, querem ter resultados em apenas alguns meses*”; para o CONT2,

Do meu ponto de vista, o maior problema das micro e pequenas empresas é a falta de capital de giro e as instituições financeiras [...] têm um enorme receio de liberar crédito para novas empresas, especialmente as MEs e EPPs, então neste ponto pouco importa ter um negócio formal ou não [...] (CONT2).

No entendimento do CONT3, “*não. O que contribui para mortalidade dos micro e pequenos, é a falta de educação financeira e planejamento*”. Conquanto para o CONT4, “*sim, muitas pessoas quando legalizam a empresa percebe que não teve a evolução necessária, acham que vão crescer da noite para o dia e acabam voltando para a informalidade*”. No entanto para o CONT5, “*não, o motivo do encerramento das atividades de algumas empresas acontece por motivo de falta de gestão e controle*”.

No contexto da terceira pergunta, percebe-se a ausência de consenso entre os entrevistados com relação a informalidade, mas, apontaram motivos que causam a mortalidade das empresas, como a ausência de planejamento, de crédito e de gestão

adequada, corroborando com as causas apontadas no trabalho de Pinheiro e Ferreira Neto (2019).

A pergunta número quatro, questionava aos entrevistados as contribuições do Simples e da Lei do MEI para formalização das empresas. O CONT1 respondeu que “*o MEI permite ao cliente pagar o valor de imposto fixo mensal, já o simples a alíquota varia de acordo com o faturamento, o que eu tento passar para os meus clientes para começar como MEI e crescer para o simples nacional*”. No entendimento do CONT2,

O que de fato contribuiu para o aumento da formalização das MPEs (que beneficia MEs, EPPs e MEIs) foi o Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa, aprovado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Essa norma prevê tratamento diferenciado e favorecido às MPEs no que se refere a apuração de tributos, ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias e à formalização dos negócios. Desse modo, a maior contribuição que a LC 123/2006 dá para MPEs é a simplificação e a desoneração de encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, o que incentivam a formalização (CONT2).

Para os demais, “*contribui para melhorar o processo de formalização bem como benefício com uma carga tributária diferenciada, buscando diminuir a informalidade. No entanto os governos fazem isso para ter mais controle dos atos/fatos praticados por estes empreendedores*” (CONT3), “*sim, muitas pessoas abrem o MEI pensando na aposentadoria, conseqüentemente é formalizado muito empreendedores*” (CONT4), e para o CONT5 “*contribui pelo baixo valor de tributação*”.

Neste sentido há um consenso de que as leis voltadas para os MPE’s contribuíram para a diminuição da informalidade, fato verificado no trabalho de Wilbert, Alcântara e Serrano (2015, p. 66), onde o “SIMPLES Nacional, além de reduzir a carga tributária e simplificar as obrigações dos MEI, das ME e das EPP, contribuiu significativamente para a formalização das empresas, principalmente dos MEI”.

Para finalizar, tem-se a quinta questão que indagou se valia a pena a formalização das MPEs, para o CONT1, “*sim, o MEI é a melhor oportunidade para um empreendedor abrir o seu negócio e tentar crescer, o problema que eu vejo no MEI foi que o Governo retirou várias atividades que poderias que poderiam ser optantes pelo MEI, dentre elas a atividade de contabilidade*”. Para o CONT2, “*considerando os benefícios da LC 123/2006, vale muito a pena se formalizar, mas vale mais por causa do risco que se corre ao empreender informalmente, tendo em vista que uma eventual ação fiscal poderá selar o destino do negócio*”. O entrevistado CONT3 afirmou “*bom acredito que nada melhor do que uma empresa formalizada, com todos os seus registros, isso gera confiança*”.

jurídica no seu negócio”, para o CONT4, “sim, o crescimento de uma empresa vem a longo prazo, os resultados começam a aparecer cerca de 5 anos da sua abertura, portanto é preciso ter um pouco de paciência em empreender”, no mesmo sentido, “sim, pois é a forma mais fácil de ter acesso a suporte como por exemplo o SEBRAE” (CONT5).

Considerações finais

A opção pela formalização ou não de seu negócio abarca uma pluralidade de variáveis que nem sempre são enxergadas nas pesquisas sobre a temática (TELLES *et al.*, 2016). Neste sentido, este trabalho teve o objetivo de verificar o entendimento das causas da informalidade dos MPEs na visão do contador.

A pesquisa ocorreu na cidade de Mossoró (RN), entrevistando contadores de capacidade técnica reconhecida pela sociedade local.

Os resultados confirmaram alguns estudos anteriores e apontaram como principais motivos da informalidade a elevada tributação, burocracia, falta de conhecimento e medo de crescer. A pesquisa revelou outros resultados, como a importância da legislação como incentivadora da formalização das MPEs, que a burocracia existente na abertura das empresas estava relacionada a burocracia dos órgãos reguladores e que a informalidade não causa o fechamento precoce das empresas, mas a falta de planejamento.

Como sugestões para novos trabalhos a ampliação da amostra, bem como uma pesquisa junto aos MPEs como forma de cruzar as informações, o que trará mais validade ao estudo. Além disto, sugere-se um estudo mais aprofundado sobre a questão do medo.

Referências

ARENIUS, Pia; MINNITI, Maria. Perceptual variables and nascent entrepreneurship. **Small business economics**, v. 24, n. 3, p. 233-247, 2005.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2014. DOI: <https://doi.org/10.18256/2359-3539/reit-imed.v1n1p25-38>

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CACCIOTTI, Gabriella et al. A reconceptualization of fear of failure in entrepreneurship. **Journal of Business Venturing**, v. 31, n. 3, p. 302-325, 2016.

CARDOSO, Adalberto. Informality and public policies to overcome it. the case of Brazil. **Sociologia & Antropologia**, v. 6, n. 2, p. 321-349, 2016. DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752016v622>

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 12. ed. Porto Alegre: Amgh, 2016.

CONROY, David E. The unique psychological meanings of multidimensional fears of failing. **Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 26, n. 3, p. 484-491, 2004.

CUERVO, Álvaro; RIBEIRO, Domingo; ROIG, Salvador. Entrepreneurship: concepts, theory and perspective. Introduction. *In: **Entrepreneurship***. Springer, Berlin, Heidelberg, 2007. p. 1-20.

FERREIRA NETO, Macário N. O perfil dos beneficiários do microcrédito produtivo orientado de uma instituição financeira em Mossoró (RN). **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**, v. 2, n. 1, p. 67-83, 2018. DOI: 10.30781/repad.v2i1.6080

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de administração**, v. 34, n. 2, p. 5-28, 1999.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo**. 9. ed. AMGH Editora, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua-PNAD contínua**. Divulgação anual. 2018.

GEM (Global Entrepreneurship Monitor). **Empreendedorismo no Brasil: relatório executivo**. IBQP/SEBRAE/UFPR, 2018.

LEONE, Eugenia Troncoso. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. ILO, 2010.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, v. 12, n. 25, p. 158-198, 2010.

LUCKY, Esuh Ossai-Igwe. Is small and medium enterprises (SMEs) an entrepreneurship? **International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences**, v. 2, n. 1, p. 487-496, 2012.

MAANEN, John Van. Reclaiming qualitative methods for organizational research: A preface. **Administrative science quarterly**, v. 24, n. 4, p. 520-526, 1979

OLIVEIRA, Oderlene Vieira de; FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante. Microempreendedor Individual: fatores da informalidade. **CONNEXIO**, v. 4, p. 27-42, 2014.

PINHEIRO, Janaína Felix D.; FERREIRA NETO, Macário N. Fatores que contribuem para mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, p. 11107-11122, 2019. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv5n7-239>

ROCHA, Luiz Célio Souza; PELOGIO, Emanuely Alves. Diagnóstico da Economia Informal em um Município de Pequeno Porte no Sul de Minas Gerais. **Revista Administração em Diálogo-RAD**, v. 20, n. 2, p. 19-45, 2018. DOI: <https://doi.org/10.23925/2178-0080.2017v20i2.35608>

ROSA, Thiago Alves; CLEPS, Geisa Daise Gumieiro. Comércio ambulante de alimentos em Uberlândia–MG: Considerações Gerais. **Horizonte Científico**, v. 9, n. 2, 2016.

SANTIAGO, Carlos Eduardo Pinto; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil. **Nova Economia**, v. 27, n. 2, p. 213-246, 2017.

SEBRAE. Pequenos negócios em números. 2018. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 25 set. 2019.

SHANE, Scott; VENKATARAMAN, Sankaran. The promise of entrepreneurship as a field of research. **Academy of management review**, v. 25, n. 1, p. 217-226, 2000.

SMILOR, Raymond W. Entrepreneurship: Reflections on a subversive activity. **Journal of Business Venturing**, v. 12, n. 5, p. 341-346, 1997.

SMILOR, Raymond W. **Confira as diferenças entre microempresa, pequena empresa e MEI**. 2019. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 18 set. 2019.

TELLES, Renato *et al.* Formalidade ou informalidade? Análise sobre os fatores presentes na decisão do microempreendedor brasileiro. **Revista Alcance**, v. 23, n. 2, p. 189-213, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.14210/alcance.v23n2.p189-213>.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos; CORRÊA, Victor Silva; REIS, Renato Francisco. Motivações para o empreendedorismo: necessidade versus oportunidade? **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 3, p. 311-327, 2014.

WILBERT, Marcelo Driemeyer; ALCÂNTARA, Lucas Teles; SERRANO, André Luiz Marques. Impactos do simples na sociedade: uma análise da arrecadação e dos empregos gerados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e pelos microempreendedores individuais. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 14, n. 42, p. 55-69, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v14n42p55-69>

WELPE, Isabell M. et al. Emotions and opportunities: The interplay of opportunity evaluation, fear, joy, and anger as antecedent of entrepreneurial exploitation. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 36, n. 1, p. 69-96, 2012.

WEBER, Elke U.; MILLIMAN, Richard A. Perceived risk attitudes: Relating risk perception to risky choice. **Management science**, v. 43, n. 2, p. 123-144, 1997.